



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões [ST]

PERCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES DA PRECARIDADE

Oliveira, Catarina Sales

Doutoramento em Sociologia do Trabalho e do Emprego

UBI; CIES-IUL

csbo@ubi.pt

Resumo

O trabalho humano sempre tem sido fator chave de problematizações sociais. Na contemporaneidade, fenómenos como a escassez de trabalho e a profunda alteração dos mercados de trabalho e emprego no sentido da precariedade levam a que o conceito de trabalho precário esteja extremamente presente nos discursos científicos mas também nos quotidianos, vulgarmente denominados pela Sociologia como do senso comum.

Especificamente no caso do conceito de trabalho precário considerou-se ser de particular interesse aferir de que forma o conceito está a ser apropriado e utilizado por diferentes grupos populacionais, concretamente pessoas inseridas no mercado de trabalho e estudantes universitários finalistas.

Este artigo baseia-se nos resultados de um estudo empírico de inquérito por questionário a uma amostra não representativa de 253 respondentes efetuado na cidade da Covilhã em Maio de 2013.

Verificou-se que as interpretações do conceito de trabalho precário não apresentam muitas diferenças nos dois grupos mas que a leitura que é feita do conceito de trabalho precário é muito mais restrita da forma como o conceito é utilizado académica e tecnicamente. Já as atitudes perante o trabalho precário variam bastante, com os trabalhadores atuais a aceitarem mais facilmente a hipótese de vir a ter um trabalho desse tipo do que as/os estudantes.

Abstract

Human labor has always been a key factor in social debate. In contemporary times, phenomena such as labor scarcity and the profound change of the employment market made the discussions around precarious work extremely present in scientific discourse but also in everyday conversations. Specifically in the case of the concept of precarious work we consider to be of particular interest to assess how the concept is being appropriated and used by different population groups particularly people in the labor market and university students aiming to enter the labor market. This article is based on the results of an empirical research of questionnaire survey to a non-representative sample of 253 respondents conducted in the city of Covilha in May 2013. It was found that the interpretations of the concept of precarious work does not show many differences in the two groups and in both the common sense reading of the concept is much more restricted than the way the concept is used academically and technically. The attitudes towards precarious employment vary widely with the current working people more easily considering accepting the possibility of getting such kind of job than students.

Palavras-chave: conceito de trabalho precário; senso comum; conhecimento científico; percepções

Keywords: precarious work concept; common sense, scientific knowledge, perceptions

Conceitos e realidades: da precariedade ao trabalho precário

A discussão em torno da precariedade do mercado laboral aumentou consideravelmente ao nível académico mas também no discurso corrente em Portugal nos últimos anos.

Ao nível da análise sociológica temos assistido a posicionamentos distintos: enquanto um conjunto de autores assume uma postura pessimista e alerta para os seus aspetos negativos como Castel (*in* Sá, 2009), que refere a desestabilização geral da sociedade outros autores consideram que a precariedade laboral tem características específicas que se enquadram na nova fase de desenvolvimento do sistema capitalista (Castells, 2002) e se afirma como um traço estrutural na reconfiguração dos mercados de trabalho europeus (Oliveira e Carvalho, 2008: 560). Nesta interpretação é importante destrinçar o termo precariedade de flexibilidade sendo que ambos são correntemente empregues quando se caracterizam as condições atuais do mercado de trabalho nos países desenvolvidos. Na verdade ambos os conceitos focam a alteração das formas e condições de trabalho mas enquanto o primeiro destaca os impactos desta alteração na situação do trabalhador e nas consequências sociais do enfraquecimento dos vínculos, o segundo conceito, de raiz no modelo neoliberal, defende a emergência de uma era pós-emprego em que o trabalho assalariado teria perdido sentido e a lógica da prestação de serviços se alargaria ao sistema de trabalho em geral (Kovacs *et al*, 2006).

Claus Offe elenca dois tipos de precariedade: “precariedade da situação”, que corresponde ao trabalho precário, à situação concreta de trabalho e de uma forma mais genérica “precariedade de subsistência” que corresponde à ausência de um nível de subsistência e proteção que se possa considerar adequado segundo os *standards* das sociedades desenvolvidas (Offe *in* Sá, 2008). Podemos no entanto dizer que a primeira situação é tributária da segunda, visto que grande parte das situações de vida precárias (pelo menos a dos adultos ativos) se devem à debilidade ou inexistência de situação laboral condigna.

É importante ressaltar que a precariedade no trabalho ou emprego significa coisas distintas nos diferentes contextos nacionais. Enquanto por exemplo na Alemanha e Norte da Europa a questão se centra na clivagem entre empregos a tempo inteiro e emprego a tempo parcial, os *part time jobs*, desempenhados sobretudo por mulheres (Tilly, 1996) nos países latinos (França, Itália, Espanha e Portugal) corresponde a uma situação laboral que se opõe ao contrato de trabalho tradicional que assegurava ao trabalhador um trabalho a tempo inteiro, com duração indeterminada e com proteção social (reforma, subsídio de desemprego, férias, etc.). Nestes países a precariedade é portanto associada de forma mais forte à situação concreta de trabalho precário, ou seja, a precariedade na situação de Offe. Rebelo (2004) analisou a precariedade laboral em Portugal e tipificou um do trabalhador precário: mulheres, jovens, idosos, trabalhadores “pouco qualificados” e atuais licenciados.

O que é então o trabalho precário?

O trabalho precário pode assumir diferentes dimensões, desde logo aquelas que são referentes às suas condições concretas de exercício - vínculo, local de trabalho, horário, condições físicas e ambientais de desempenho; aquelas que são percecionadas pelo trabalhador e que podem envolver os mesmos fatores e outros como a estabilidade da organização ou empresa, possibilidades de progressão na carreira, clima organizacional.

Teresa Sá sistematizou de forma muito organizada a alargada panóplia de significações que se associam a este conceito propondo a sua associação a três dimensões: "à instabilidade (impossibilidade de programar o futuro – situação dos jovens que ficam até mais tarde em casa dos pais); à incapacidade económica (impossibilidade de fazer face aos “riscos sociais” e de assegurar as despesas económicas do quotidiano – o surgimento dos “novos pobres”); e à alteração dos ritmos de vida (alteração nos horários de trabalho e da relação entre trabalho/desemprego)" (2009: 3).

Apropriação de conceitos científicos pelo senso comum ou construção conjunta da realidade?

Michel Paty diz-nos que “Não podemos conceber a compreensão e a comunicação de ideias sem fazer referência ao senso comum. Porém, por outro lado, todo conhecimento novo que seja importante precisa ultrapassar o senso

comum e, portanto, romper com ele. Essas duas exigências, aparentemente contraditórias, podem ser conciliadas? E, se for o caso, de qual maneira? Devemos, na verdade, reconhecer que, quando conhecimentos novos são adquiridos e bem compreendidos, assimilados, completamente inteligíveis, e até ensinados; quando neles nos baseamos para avançar na direção de conhecimentos ainda mais novos, estes que foram adquiridos participam da constituição de um senso comum, modificado, diferente do precedente, mas que tem tanto direito quanto este à qualificação de "senso comum", exatamente no mesmo sentido que o antigo. Desta maneira, o senso comum se enriquece pela assimilação dos conhecimentos científicos" (2003: 9).

A compreensão pública da ciência é uma preocupação desde a segunda metade do século passado. "Os inquiridos à opinião pública destinados a averiguar o entendimento da ciência pelos cidadãos, começaram a ser elaborados nos EUA no pós-guerra e mais frequentemente a partir da década de 70 também no Reino Unido. A compreensão pública da ciência é interpretada como transferência de conhecimento dos cientistas para o público, maioritariamente ignorante (Bodmer, 1985). Nesta forma de comunicação, também designada de modelo de déficit cognitivo, existe um desfasamento entre as intenções do emissor de comunicação científica, o conteúdo da mensagem e a sua compreensão pela audiência. O público é tido apenas como um recetor passivo de informação científica com vista ao aumento do seu conhecimento científico. Pretende-se mostrar que o conhecimento científico tem impacto e aplicabilidade na vida quotidiana dos indivíduos e, por essa razão, devem ser medidos os conhecimentos, atitudes e opiniões, que os indivíduos têm sobre a ciência a diversos níveis: a literacia científica prática, a literacia científica cívica e a literacia científica cultural. (Shen, 1975)." (Correia e Eiró-Gomes, 2009: 4857)

No adulto que já terminou o seu percurso escolar, o acesso à ciência ocorre, para a maior parte dos indivíduos, através dos *media*. No dia-a-dia do cidadão comum o acesso ao conhecimento científico e a formação de opinião são feitos maioritariamente através dos jornais, revistas e televisão. O conhecimento é divulgado porque a compreensão pública da ciência gera melhores decisões de consumo e é um pilar importante de uma sociedade democrática (Carvalho e Cabecinhas, 2004). Mas não é apenas essa a razão pela qual a investigação científica é noticiada. A mediatização da ciência é também influenciada pelo processo de construção noticiosa ou seja, a informação veiculada vai ser influenciada por fatores associados a atividade económica da comunicação social.

Com a sociedade da informação os meios de comunicação multiplicaram-se, o estudo da compreensão da ciência pelo público conheceu uma evolução muito significativa nas últimas duas décadas e o 'modelo do déficit cognitivo' foi, em larga medida, substituído pelo 'modelo interativo'. Enquanto o primeiro considera que o senso comum deturpa o sentido dos conceitos e que isso deve ser mitigado mediante o aumento da literacia da população, o modelo construtivo de conhecimento da ciência valoriza o entendimento do cidadão comum porque considera que o mesmo resulta da interação entre informação e experiência, ou seja, considera-se que o entendimento do público é construído com base na vida quotidiana, acrescentando valor ao conceito puramente teórico. (Carvalho e Cabecinhas, 2004)

Outro aspeto desta questão é a relação entre cientistas e públicos leigos. Duma maneira geral este contacto tem sido evitado. O contacto com os *media*, em particular, tem sido frequentemente temido devido aos riscos de simplificação excessiva, de deturpação de resultados e de sensacionalismo (Friedman, Dunwoody & Rogers *in* Carvalho e Cabecinhas, 2004). Contudo nos últimos anos esta situação tem-se alterado e surgem diversas iniciativas de comunicação da ciência nomeadamente devido a um aumento da sensibilidade da comunidade científica relativamente à responsabilidade social da sua profissão. Um exemplo nacional interessante é o Centro Ciência Viva da Universidade de Aveiro que tem como uma das suas principais linhas de ação a divulgação científica junto do público em geral.

Focando-nos agora nas ciências sociais e na Sociologia em particular, a relação desta com o senso comum é particular visto que tem como objeto de estudo a sociedade sendo especialmente vulnerável a interpretações não científicas dos fenómenos sociais. Na verdade a rutura com o senso comum é um dos primeiros passos epistemológicos exigidos do candidato ou candidata a sociólogo/a e é uma preocupação corrente do cientista social em todas as suas pesquisas e reflexões. Por outro lado e de alguma forma criando um cenário paradoxal, a Sociologia faz recurso de instrumentos fundamentais como a sua imaginação – conceito de imaginação sociológica de Wright Mills – e a sensibilidade, sendo que por exemplo nos estudos sobre o quotidiano se utilizam fontes como as rotinas diárias (a título de exemplo podemos mencionar pesquisas como a de Simmel sobre

urbanidade). A relação do conhecimento sociológico com o senso comum apresenta portanto especificidades. Um aspeto particular é que o facto de os fenómenos sociais serem o objecto de estudo gera uma maior probabilidade da coisa estudada ser também uma coisa vivenciada, gerando assim uma proximidade com o objeto de estudo que levou Weber a sustentar a *verstehen* como a única via para abordar a realidade social, já que a subjetividade é incontornável. Do lado do público, a familiaridade dos temas estudados – coisa vivida – faz com que toda gente tenha uma leitura dos mesmos, que formata a sua interpretação do senso comum. Contudo a interação entre as duas perspetivas pode ser interessante porque na realidade o senso comum, utilizado de forma reflexiva, é capaz de se questionar a si próprio e de evoluir.

Estudo empírico

Relativamente à temática que aqui propomos, a análise da precaridade e das tendências de evolução do mercado de trabalho, isto acontece de forma acentuada. Trata-se de uma temática do interesse público, de problemas sociais que se inscrevem no quadro das preocupações quotidianos dos Estados mas também dos cidadãos e cidadãs. Podemos pois dizer que a temática não emana da ciência para o quotidiano social, a temática coexiste em duas realidades distintas mas que se cruzam: a análise científica, em particular a sociológica, e o debate público mais ou menos instruído, que vai desde o discurso político e pareceres de especialistas nos *media* aos discursos quotidianos da população em geral.

Interessa-nos aqui compreender como se cruzam as duas perspetivas, em que medida as concepções quotidianas sobre este conceito estão próximas ou arredadas da sua definição científica e em que medida tal influi nas atitudes perante o trabalho precário.

Metodologia

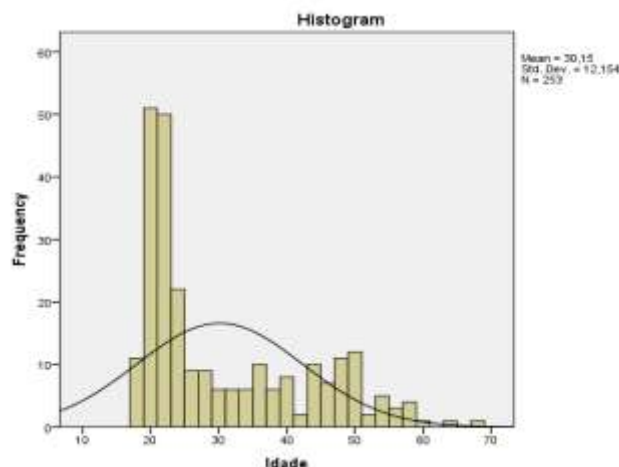
Procurou-se aferir de que forma o conceito de trabalho precário é percecionado por diferentes grupos populacionais, concretamente pessoas inseridas no mercado de trabalho e estudantes universitários finalistas.

Para tal realizou-se um estudo empírico quantitativo de inquérito por questionário a uma amostra não representativa de 253 respondentes, com recurso à técnica de bola de neve. O questionário foi administrado de forma direta em versão papel na cidade da Covilhã em Maio de 2013. A recolha foi efetuada por um grupo de estudantes universitários de Sociologia no âmbito da unidade curricular Sociologia do Trabalho e das Organizações. Os dados foram posteriormente tratados no programa informático SPSS Statistics 21 e sujeitos a análise uni e bivariada.

Resultados

A distribuição por sexo dos e das respondentes do estudo é razoavelmente equitativa com 55,7% de mulheres e 44,3% de homens.

Quanto à idade a distribuição é bastante enviesada à esquerda, indiciando uma amostra jovem, como se pode ver pelo histograma:

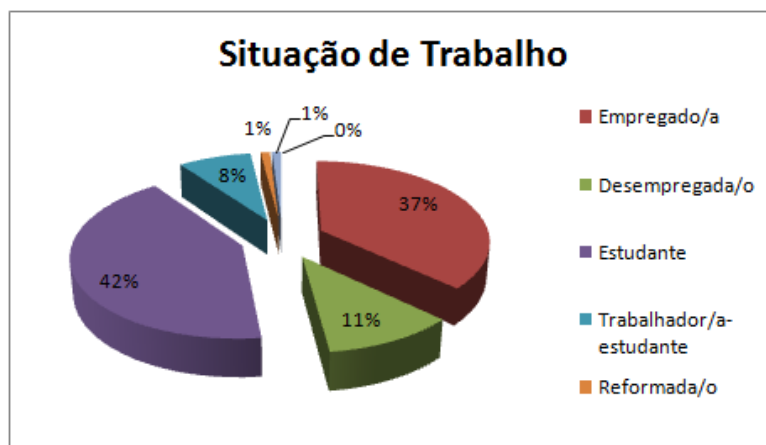


Tal deve-se claramente ao facto de um dos públicos-alvos ser a população estudante, o que faz com que exista uma grande concentração de casos até aos 25 anos. Depois há uma assinalável expansão das repostas, patente num desvio padrão de 12, 154, a ir até aos 60 anos de idade, o que é coerente com a população ativa.

A escolaridade dos nossos e nossas respondentes é maioritariamente o ensino secundário, contudo também há uma elevada representatividade de pessoas com licenciatura (20,2%) e 6,7% com mestrado pelo que podemos dizer que este grupo de respondentes é mais habilitado do que a população portuguesa em geral. Tal facto explica-se pelo uso da técnica bola de neve.

Nível de escolaridade completado	Frequency	Percent
Primeiro ciclo do Ensino Básico	10	4,0
Segundo ciclo do Ensino Básico	11	4,3
Terceiro ciclo do Ensino Básico	19	7,5
Ensino secundário	139	54,9
Primeiro ciclo do Ensino Superior	51	20,2
Segundo ciclo do Ensino Superior	17	6,7
Terceiro ciclo do Ensino Superior	6	2,4
Total	253	100,0

Quando olhamos a situação de trabalho constatamos que quase metade da amostra (42%) são estudantes e 8% são trabalhadores estudantes, o que se explica pelo perfil de inquirido/a selecionado para a pesquisa. Da restante amostra, a larga fatia são pessoas empregadas (37%) e somente 11% de desempregado/as, o que é um valor inferior ao valor da taxa nacional de desemprego na altura do estudo -16,4% (INE, Maio 2013)



Aceitação trabalho precário	Frequency	Percent
Sim	143	56,5
Não	68	26,9
Não sabe/não responde	42	16,6
Total	253	100,0

É interessante constatar que mais de metade das pessoas inquiridas aceitaria um trabalho precário. Procurando perceber quem são estas pessoas, verificámos a inexistência de significância estatística na relação com o sexo, a idade, o grau de escolaridade, a dimensão do agregado e a situação de trabalho. Na verdade, 24% de quem afirma que aceitaria um trabalho precário são pessoas que atualmente trabalham e têm um vínculo efetivo à organização.

As razões apontadas para sustentar esta aceitação são maioritariamente económicas.

Razões para aceitar ou não um trab. precário	Frequency	Percent
Precisar de ganhar dinheiro	178	70,4
Querer ganhar autonomia ou independência	32	12,6
Estar interessado/a na proposta de trabalho oferecida	8	3,2
Querer ocupar o tempo	4	1,6
Construção de carreira	16	6,3
Boa opinião deste tipo de trabalho	1	,4
Necessidade de se sentir útil	5	2,0
Total	244	96,4
Missing	9	3,6
Total	253	100,0

No entanto a especificidade das razões de acordo com o grupo de respondentes foi atestada pelo teste de Qui-quadrado: a questão da autonomia e da construção de carreira assume relevância no grupo de respondentes estudantes e um pequeno grupo de empregados enquanto que as pessoas em situação de desemprego apontam exclusivamente a razão financeira para a aceitação.

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	71,517 ^a	30	,000
Likelihood Ratio	46,518	30	,028
N of Valid Cases	244		

a. 34 cells (81,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,01.

Chi-Square Tests

Das 11 pessoas inquiridas que estavam a trabalhar, apenas 24 consideram o actual trabalho precário. A situação de emprego deste grupo é a seguinte: 9 têm contrato de trabalho sem termo, 6 têm contrato a termo, 7 têm contrato temporário e 2 são *free lancers*, o que indicia que o vínculo laboral é sobremaneira relevante para a consideração do trabalho actual como precário mas que ainda assim existem casos de trabalho a termo incerto que é considerado precário pelos trabalhadores.



Evidenciam-se as dimensões relacionadas com a qualidade da situação de trabalho – más condições de trabalho e perda de regalias sociais, face às dimensões mais concretas do vínculo, dos salários e dos tempos.

Procurou-se aferir a especificidade das leituras em função do perfil de respondentes e concluiu-se que não há relação com o sexo, o grau de escolaridade ou a situação de trabalho mas curiosamente há forte relação e significância estatística (Qui-quadrado de 365,94 e significância de ,003) com a idade: são sobretudo os e as jovens quem identifica estas dimensões mais qualitativas enquanto pessoas acima dos 40 anos relacionam mais o conceito com as dimensões ligadas à insegurança e aos salários baixos.

Questionada/os sobre se nos últimos 5 anos tinha deixado de usufruir algum direito social, 27,7% (70 casos) refere que sim mas apenas 23 identificou qual o direito. Destes 15 assinalaram o abono de família.

Nos últimos 5 anos deixou de usufruir de algum direito social					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	70	27,7	30,2	30,2
	Não	162	64,0	69,8	100,0
	Total	232	91,7	100,0	
Missing		21	8,3		
Total		253	100,0		

Questionados e questionadas sobre o impacto da precarização na vida das pessoas, 64% dos que responderam á questão (60% do total) considera que há impacto. Procurando compreender a que níveis este impacto se revela, verificamos que é sobretudo a dimensão económica que mais de destaca (com 46% de percentagem válida de resposta) face a dimensões mais familiares e psicológicas que recolheram apenas 19% e 18% de sinalizações respetivamente.

Discussão

Não perdendo de vista que os resultados deste estudo não são representativos, consideramos ainda assim os resultados obtidos dignos de nota visto que podem representar pistas interessantes a prosseguir em análises futuras

Começando pelo conceito de trabalho precário, confirmou-se para esta população a nossa expectativa de que o conceito fosse apreendido num sentido mais restrito do que o seu sentido académico mas o que se nos afigura mais relevante e inesperado é o facto de as interpretações variarem com a idade dos e das respondentes, o que parece indicar que **diferentes idades têm diferentes conceptualizações.**

As e os jovens, com eventualmente menos memória do ambiente social de estabilidade dos percursos profissionais, interpretam o trabalho precário como uma degradação das condições de trabalho em geral, uma situação profissional menos favorável. Algo que percecionam como desfavorável de uma forma geral mas sem concretizar contrariamente às pessoas mais velhas que identificam o conceito a situações mais concretas ligando a salários baixos ou perda de regalias.

Simultaneamente a **diferentes pontos do percurso profissional surgem associadas diferentes atitudes:** enquanto quem nunca trabalhou, predominantemente os e as mais jovens não consideram aceitar um trabalho precário, quem está ativo no mercado de trabalho, mesmo os que têm um vínculo permanente, contemplam essa realidade.

Referências bibliográficas

Bodmer, W. (1985). *The Public Understanding of Science*. London: Royal Society

Carvalho A. e Cabecinhas R. (2004). Comunicação da Ciência: perspectivas e desafios *In Comunicação e Sociedade* 6, pp.5-10, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Porto, Campo das Letras

- Correia, C. e Eiró-Gomes, M.(2009) Da “compreensão pública da ciência” ao “compromisso público” com a ciência: que percurso para Portugal? *In* 6º Congresso SOPCOM Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Universidade Lusófona, Lisboa, 14 a 18 de Abril de 2009 disponível em http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/256/290 [visualizado a 3 Março de 2014]
- INE (2013) Inquérito ao emprego: 2º trimestre 2013. Lisboa:INE
- Oliveira, L., & Carvalho, H. (2008). A precarização do emprego na Europa. *Dados*, 51(3), 541-567
- Kovács, I. Casaca, S. F., Ferreira, J. M. e Sousa, M. T. (2006) Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias *In Socius working papers* nº8/2006 disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/1996> [visualizado em 21 março de 2014]
- Paty, M (2003). A ciência e as idas e voltas do senso comum. *Scientia Studia*, vol 1, nº 1, pp 9-26
- Sá, T. Precariedade e trabalho precário: consequências sociais da precarização laboral, *Configurações* [Online], 7 | 2010, posto *online* no dia 18 Fevereiro 2012, consultado o 16 Março 2014. URL: <http://configuracoes.revues.org/203>
- Shen, B. (1975). Science literacy. *American Scientist*, 63, (3), 265-268.
- Tilly, C. (1996). *Half a job: Bad and good part-time jobs in a changing labor market*. Philadelphia: Temple University Press.